

Latinidade e Espaço Atlântico

TEXTOS DE REFERÊNCIA

Latinidade e Espaço Atlântico

Candido Mendes



Academia
da Latinidade

Rio de Janeiro, 2001

© Candido Mendes

Publicado por

Educam — *Editora Universitária Candido Mendes*

Rua 1º de Março, 101, Sala 26, Centro

Cep 20010-010 — Rio de Janeiro — RJ — Brasil

Coordenação Editorial

Hamilton Magalhães Neto e Ademilson Coutinho

Revisão

Luiz Carlos Palhares

Capa

Paulo Verardo

Editoração Eletrônica

Textos & Formas Ltda.

(21) 2516-7997

O Atlântico sobrepõe-se à própria constituição de uma idéia geopolítica, na busca do senso histórico da irradiação portuguesa, para se transformar num megaimaginário. É mais que fundador, enquanto desceu, para além de qualquer outra idéia matriz, à configuração do espaço do sentido, do horizonte e das finitudes domáveis do povo mais mordido pelo expansionismo de seu “quefazer”, no próprio extremo europeu. E no empurrão à desmesura deste mundo, que se aprestava à retomada do humanismo dos homens, e da afirmação prometeica e controlada de sua temeridade.

Somos a nossa latinidade, o Ocidente meridional desertado do teatro mediterrâneo, das convergências fatais das superposições de civilização, dos terrenos heróicos, da ceva e do replantio de um universo por demais trilhado por rotas da conquista; de sua *hubris* ou *nêmesis*; de todas as vinhetas de sua sobrescrita histórica. Largamo-nos neste mundo quase linear, que começa com a Rosa dos Ventos, do Cabo de São Vicente. E, nele, do que é dar-se mais ao fio do projeto, solto de sua âncora, desenhando a globalização imaginada, a partir do fim do mundo no lugar do *finis terrae*.

É músculo inicial a saga lusitana, de comércio e conquista das almas, que vai ainda à veia clássica da peregrinação. Procura-a pela Etiópia e pelas Arábias, refém do

imaginário do Preste João, o precursor Pedro da Covilhã, a tentar por terra, e no caminho contra a natureza do seu futuro, a volta à mole histórica do Condado Portucalense, à busca distante de “cristãos e especiarias”. Não retorna Covilhã. É o roteiro certo, do século XV, que se desgarrar da queda de Constantinopla, o desta sondagem, com o batímetro da temeridade, da costa do derredor Atlântico. Dos Açores ou da Madeira, das Canárias, da margem aberta do Marrocos e desta Ceuta, marco interno do desafio e da vencida de um Portugal terráqueo, aberto ao primeiro grande cursivo da África.

Safi é ainda a amarra da moura história, e a marca do mundo árabe, onde começa a se esgarçar a cuenca mediterrânea. E a conquista hesita ainda entre o Forte, eco do bastião e da cruzada, e o padrão, primeiro marco geodésico do imaginário para a rota aberta e o mar-oceano, o atlântico império.

São Jorge da Mina medeia ainda a busca da cobiça da terra, no óbvio da presa entre todas. É o empório do escape do ouro, língua estreita extraída ao reino ebó, só vazadouro do que se extrai, sem querer nem o implante nem a cartografia do poder. O Bojador aí fica como a barreira do primeiro horizonte, porfia e luta, e nunca mais, e saga de velho mito grego, e seu Hércules, Diogo Cão.

Depois, é esse oceano que se larga no prumo aberto, abandona o Congo e da Guiné desce à vertente do sorvedouro dos monstros e do chamado. Descansa ainda em Cabo Verde, mas a costa é toda desolada, no marco entre o Bojador vencido e a porfia pelo Cabo final. Não há mais colonização mediterrânea do enorme e árido litoral, mas o seu

quase entressalto. Sôfrego. O promontório decisivo é só proeza itinerante, que é às Índias que a gente lusa vai, corridos a falsa Bahia, a Angra do Saldanha, Sofala, Quelimane, Moçambique, Melinde, pontos de aguada, já deixado o Atlântico, fundida a gesta, no reencaixe do *finis terrae*.

Nessa perspectiva, o Brasil surge quase à contramão, num desígnio que, afinal, é terráqueo no seu remate e vai ao oceano como a rota dos prodígios, não à amarra de um novo espaço histórico. Vazias ambas as pontas da África, demorada e quase esconsa a ocupação, afinal, da terra de Santa Cruz, visto como o respiro dos barcos da Ásia, escala quase, como bem-fazer logístico na prumada histórica de Portugal, no enfeixo das terras dos confins, seus tesouros, suas mercancias mal trocadas.

A érica fica no só assomo da investida. A de Bartolomeu Dias, entre todos, no vergar a rota impossível. Mas de conquistas já assentadas, de sextante sempre na mirada dos extremos oscilantes, e no controle das praias do Gama e desse povo de “vagabundos do mar”, sem trocas pingues. Mas posseiro do que conquista, no que sejam os últimos degraus, do mais deste fim da terra. Calicute a Goa, a Macau, ao Japão.

Não é o Atlântico a *chasse gardeé*, no impossível mesmo que lhe garantiu a sentinela de Cabo Verde, em Tordesilhas. Capricho do cursivo, que deixaria o Brasil na prancha de relance na África, ou no abandono ao laço que ensinou o Gama a Pedralvares, no chegar à roldana dos alísios e descer, inexaurível vento de popa, à dobra do oceano.

É este Sul-Atlântico, pois, vazio, na corrida ao outro lado, e que, não obstante também o capricho dos ventos e o

torvelinho sobre Cabo Verde, quebra toda triangulação entre Lisboa, Angola e o Brasil. Mais ainda, no seu sumidouro, quebra a costa brasileira e faz do estado do Maranhão a expressão política do território separado pelos ventos, apesar da mole continental, a nossa bossa sobre a Guiné.

Não se entrega o oceano. Subcomunica-se, reparte-se, entre praias exclusivas. E não é só o desmanche da frota, depois da desgraça de 1640, que leva a Holanda solta a cravar-se na África e no Brasil, no sentido dos ventos e das rotas secretas entre Angola e o nosso litoral, para baixo do Cabo de São Roque.

Brasil já dos açúcares, então, e a necessitar dos cafés. E são dois milhões e meio que migram de Luanda a Salvador e ao Rio, por todo o século XVII, trocados contra trezentos mil barris de cachaça. O desenho da perfeita complementaridade colonial, entrevisto pela admirável geopolítica de Antônio Vieira, no traçar a seu rei o horizonte do Portugal liberado da coroa hispânica, cuja pobreza lhe tornaria mais aberta a *Realpolitik* do jesuíta, de pés na terra para prover a seu tempo a logística do V Império.

De saída, que se entregue, e de vez, o Arrecife aos holandeses. Em troca do que volta à coroa Angola e se discipline, de vez, o laço sistêmico assentado por sobre a temeridade, e o excesso de épica, do trato da especiaria, ou da “Lusitânia Irridente” entre os seus samorins, frente às Companhias das Índias Orientais e Ocidentais.

O malogro da primeira geopolítica e da parceria holando-portuguesa do Atlântico Sul só exasperaria mais a repetição histórica, em nossa plaga americana, do desenho frustrado do Império-Oceano. Ficar-lhe-ia já o *rationale* imperativo,

do descalçar a terra da vinheta e dos selos, da Carta de Torresilhas. Mas é um Brasil ilhéu, das costas em rosário, que reproduz na terra-oceano a conquista dos confins por sobre a ocupação da costa, deixada, desde São Jorge da Mina, no labor dos quatrocentos. Constrói o Forte do Príncipe da Beira, no sopé dos Andes, com as seteiras, a torre e a rosca da arquitetura deixada para o nunca chegar-se ou voltar.

Virgem pedra, quase padrão, atalaia do nada, no sinal só do que amanhã fosse já o clamor da só assinatura de um *uti possidetis*. E é a terra-oceano que dessa vez não se dobra, como o fez Dias nas Tormentas. O Forte do Sacramento não se completa, troca de pendão e de tropa, desmancha-se e se refaz. A terra-oceano não engole, afinal, o Rio da Prata. E o Uruguai nasce já da estratégia menor do Estado-nação independente, supervalorizando o conflito dos iguais, extremando a soberania *buffer*, *avant la lettre*, e quase autoconcedendo a perda da embocadura do Amazonas austral.

Não tem esta terra-oceano as suas correntes que a sequeiem, centrem, abram os veios de uma ocupação ou deixem às nossas entradas a providência da penetração. Mas não ampara a trama arborecente do Mississipi e da conquista, no automatismo da lhanura do *hinterland* da Norte-América. Chegam os nossos rios, rápidos, à sua foz. Centrífuga, a nação do planalto sem ventos, quase lunar na sua imutabilidade, extensão sem drama, ou *páthos*, como calmarias da terra. Ocupação toda devolvida, em princípio, à costa, até que o sonho das minas, com mais de dois séculos de atraso, encontre as entranhas da terra-oceano, bata-lhe a âncora, construa a primeira cidade à sua imagem, porque vivida primeiro de seu onírico, como Ouro Preto. No que é a violência

súbita do torneado da voluta das aguadas, dos alpendres, sobre as duras torres, portadas do chão de mar aberto, de onde emergiam os ilhéus da Bahia de Todos os Santos, ou do Rio, ou da barreira coralígena de Recife.

Entranhas desta terra, ainda a fazer da primeira administração reinol o duto do só escoamento nas Minas Gerais. Ventos contra-alísios, de uma amarração final, onde cada século reimplantou o centro do país e se costuraram os seus mundéus, assim como as suas rápidas decadências, pelos ciclos do gado e da cultura pecuária de pobreza, igual à sua pertinácia e à migração dos cardumes da terra.

Luanda e Rio são as primeiras metrópoles dessa subjetividade do enlace. Da vigência imposta ao imaginário e aos dois endociclos de uma organização social. O do tráfico negreiro, como organização das populações autóctones tocadas pelo mar-mercado, e o da fazenda e seu sistema, tão distinto da *plantation* quanto matriz de uma economia da dispensação. Do atafulho do simbólico sobre o produtivo à subjetividade coletiva, na convenção nova entre o externo e o interno, da alcova e do eito, análoga, refratável na mesma polaridade do cativo e captor das clivagens sátrapas dos reinos de África, na iminência sempre da retorção do seu jogo de sombras e sangue.

A língua se perde num corpo todo de penetração, tanto forceja e não chega, quanto não se instala. É chão de porto e de arribada, como de forte, de senhas e chamados, *drillings* da defesa, como acachaparros do semilangor que conhece e se persigna antes de falar. Sem praças, perde-se nas *casbahs* de cada formigueiro familiar, esconde-se como espreira, não precisa mais que da força instrumental, da troca e seu sím-

bolo, para um comunicar. Sem discurso, nem reciprocidade de olhares, furta-vista, sim, nos muxarabis e nos mirantes do olhar unilateral.

Não é a língua-chão de nada, mas chegada dos caminhos dos mundéus, portadores de uma memória-quase e de um entrosar sumário do país que migra mas não se alastra. Não nos firmou o Atlântico nenhuma tenaz onde o reconhecimento trabalhasse para além das rotas. Caminhos de volta, paupérrimos os tivemos na contradiáspora da escravidão desreferida, mas com a pertinácia de seu próprio imaginário. E vãos, aos tantos, os pontos de fuga sobre os pontos de volta da barca Aliança, sem tempo de retorno, estio da memória, mais que das virações do oceano. Reencontros equivocados, torna quase caricatural de etnias, a dos brasileiros, mais luxo de representação que posse de seu “nós”.

Mas, de volta aos manes do Golfo, na Nigéria, e no futuro Brazilian Quarter, ou em Gana, ou no Togo ou Benin, os retornados faziam classe à parte: eram abastados, senão estrato claramente dominante, nada assimilado, durante o colonialismo franco-brasileiro da primeira parte do século XX.

Não participaram dos primeiros sentimentos de independência, no segundo pós-guerra, não obstante até Sylvanus Olympio, o fundador do Togo, fosse neto de antigos escravos brasileiros. Resistimos, ainda, no momento a discutir toda a série histórica dessas aculturações, quando, em curtos interstícios, o sentimento — para a grande maioria da escravidão urbana e sobretudo na metrópole imperial do Rio de Janeiro — era o de manter-se um desempenho de familiaridade que não esbatia as origens e fertilizava ostensivamente uma cultura. Na volta, o nódulo dos reembar-

cados podia, de novo em África, preferir até o gueto, instintivo. E sobretudo quando optavam pela reinserção radical, rural, do *settler*.

A uma centena de quilômetros de Kumasi, em terra Ashanti, em Gana, a comunidade brasileira arribada se identifica, até hoje, pelas palavras portuguesas que mais se repetiam no seu cotidiano: os “tabões”, ou como repetiam os anglófonos ao redor: a comunidade OK.

Nem nesse Atlântico poderíamos confiar nas voltas de correntes ou alísios, como promessas de reencontro do fundo abissal de etnias. Retórica das parecenças, perda de todo ponto ômega de um deparar ou de uma parusia.

Reemergemos no país da abolição, onde mais uma vez o ser livre se compôs a um faz-de-conta, senão a uma fatiota das nobrezas de olhar ou de ademanes sobre a de pecúrias; do príncipe obá, seu direito ao meneio e ao luxo da indumentária por sobre a casa, o salário ou a comida.

Mulato, sobretudo, o Brasil que se antecipava à queda intestina da barreira da escravidão e assumia, por si mesmo, um imaginário de distâncias e pertencimentos capazes de reforçar a abstração desse povo mentado, mas não encontrado; que acompanhava a República “bestificado”; que vinha ao cadinho anônimo da população, a forrar a imensidão nacional, sem se reconhecer nem se contemplar.

Terra-oceano sempre em primeira núpria com o contexto ondeante; a entrada sobre a entrada; os tecidos urbanos em queda e subida; a volta ainda ao Brasil ilhéu, agarrado ao eixo Rio-São Paulo; a cumulação do último ciclo migratório com o começo da industrialização; a criação de um centro,

por hiperpolaridade; os desertos internos na aceitação dos interiores do castigo e do refluxo perene às cinturas da costa.

É o Brasil partido, já, o do começo do desenvolvimento. O que avoluma o eixo Centro-Sul, demarca novas donatarias nos seus extremos e faz do planejamento a retranca dessa superpolarização. Mais ainda: é com linha quase geodésica que recorta o Nordeste sobre o “polígono das secas”, essa terra de enfeitamento, dos contra-alísios do chão do Atlântico. Um agreste de desocupação das gentes, à busca das correntes a nos devolverem a nação ilha.

Só a partir do desenvolvimento se cruzam os eixos de penetração, e de Brasília sai a tangente fecunda, a caminho de Belém. Mas o país todo continua afundado na imensidade que não encontrou ainda a sua roda dos ventos. Sopra, abala ciclos, retoma. Cria uma migração, a esmo, de sem-terras e bóias-frias.

Virado o século, onde estamos, fenício-lusitanos, neste Atlântico nosso da primeira nau, como do primeiro gesto, nas suas paradas mais distantes? Onde pontear a latinidade portuguesa nos portos das quintas azuis, das bandeiras dos 500.

Estamos, à época do desenvolvimento na virada do milênio, diante de contextos de independências em que, por sobre as mesmas origens latinas, as Guiné se expõem a uma convivência a extrair, ainda da assimetria, uma nova coexistência pacífica

E voltemo-nos para essa Angola exposta às “guerras de cem anos” pelos novos esquemas de um jogo neocolonial, a reptar a sua esplêndida autenticidade fundadora. E as estruturas de afirmação da modernidade pelas Forças Armadas, insusceptíveis, de se desmobilizarem desde a independência.

Mid Atlantic, por outro lado, é a nova denominação desse Cabo Verde dos espantos e das criações, cauto em não reproduzir uma universidade domesticada, centro do tráfico mesmo da gente e da riqueza da cabeça, na boa nêmesis do antigo trato; desse Cabo Verde de Massachussets e de Nova York, terra de novo lance transatlântico, o mais decidido à multiexposição da latinidade, frente à potência global.

E é, por outro lado, mesmo com o ingresso na *Commonwealth*, Moçambique que nos dá a resposta boa, além-Atlântico, avança e guarda a nossa latinidade brasileira mais próxima, qual a do escape aos teatros históricos, que o Atlântico confinou sem dar-lhes vazão. Caminho fértil, deixado à margem das Índias, como o nosso, a aprender a imensidade da solidão da Ilha de Vera Cruz, que jamais se descobriu, de vez, como a terra-oceano.

A língua pode, de fato, dizer da pertinácia desse enraizamento, enfeixar a continuidade de uma prática social em que, inclusive no quilombo, o português continuava, frente à alternativa da Babel das muitas nações, do banto ou do ioruba, da indiscriminação da primeira fuga à utopia.

A triangulação de Portugal, Brasil e África, está à busca de todo o porte das relações objetivas, de fluxo e contrafluxo, vividas no reenvio autônomo de cada interação.

O teatro histórico de nossa nacionalidade é refratado e demora no reconhecer a diferença diante das primeiras hegemônias de representações — todas a viver do aceite e da repulsão do influxo reinol —, num cancelamento instintivo do outro braço da configuração atlântica. Dentro desse discurso tradicional, o atributo conferido à língua, na construção do dito *milagre* de nossa nacionalidade, está nos exemplos clás-

sicos das síndromes reducionistas, ou dos metarrelatos, hoje, objeto de toda a desconstrução pós-moderna.

O “português” não guarneceu as nossas fronteiras histórico-geográficas, tal como não permite, no além-mar africano, a permanência de uma identidade de arcano — para os políticos de reconhecimento de identidade, como a entendiam um Charles Taylor ou, agora, um Michel Wieworka. Mais ainda: o pressuposto identitário que permitiu classicamente, por exemplo, o metadiscurso do luso-tropicalismo é, hoje, quase interdito a que se reconheça o enorme mosaico da diferença e de inserção histórica da premissa de uma afinidade preferencial de problemáticas. Ou do secundar da nação pelo desenvolvimento, a partir da conservação da língua, tão diferente cá e lá do Atlântico, como denominadores de cultura ou pragma de comunicação. Tal como no pós-independência, a diversidade radical do projeto identitário da antiga África portuguesa depara-se com um quadro de problemáticas inassimiláveis, nas suas prioridades e nos seus riscos. Entre eles estão essa vigorosa presença francófona na Guiné-Bissau, a força da especialização superior de Cabo Verde nos Estados Unidos, o estreitamento dos vínculos de Moçambique com os sul-africanos e sua entrada na *Commonwealth*, e a permanência de um estado de guerra civil em Angola, por vezes exasperando um tribalismo nas fraturas guerrilheiras, praticamente desde a independência e estimulado contra o governo central, no esforço de manter, sem trégua, um Estado castrense.

Uma consideração geopolítica estrutural não pode deixar de ser redargüida à decantada providência em que o Brasil ufanista viu operar-se o milagre da nacionalidade.

Por força, espicaçou tradicionalmente o estudo comparado da formação espanhola e portuguesa na América Latina. Até num primeiro balanço, das vinte e tantas soberanias emergentes do lado de lá de Tordesilhas contra o mesmo número de províncias que se mantiveram reunidas, da Colônia ao Império brasileiro.

Não é identidade, entretanto, análoga a uma civilização de *settlers*, como o dos *pilgrims* norte-americanos. Nem labéu meramente extrínseco, do português que identifica, lançado sob uma imensidade vazia, como lenço sobre uma cadeia histórica.

E a geopolítica, como delineadora da nação, vinha já das primeiras intenções da configuração sul-atlântica de nossa cultura. E até por transplante, primeiro, do Brasil àquela África, montada no Reino do Congo por Salvador de Sá e depois por André Vidal de Negreiros, conquistada de Angola. Intuíta, no pedido, quase intimação, feito às cortes portuguesas, de que se construísse, e logo, a ligação Angola-Moçambique, o esperado canal que permitiria assenhorar-se do *hinterland* meridional do continente e, de vez, partir para uma tarefa estratégica de colonização, travada em terra, “sem que se oscile, ou arribe, ou levante campo, como queira, e só, o tráfico”. Continuamos aqui — reiterava Negreiros — “para a exportação de pretos, não para a entrada no território”. Latitudes as mesmas, as de Luanda a Maputo, a via de penetração cortava o mais óbvio dos horizontes, saísse Portugal da sideração eterna da costa, fechando por dentro a circunavegação do Cabo.

Geopolítica, ainda, a que, além-Atlântico, calça o que se pedia à língua em tempos do Brasil ufanístico, a explicar o te-

cido inconsútil de nossa emergência histórica. Na verdade, o Brasil uno, deste único século, nasce dessa arquitetura de uma deambulação afortunada do território de nossos ciclos econômicos, ao fio dos produtos-rei de exportação. Diferiria do açúcar ao ouro, ao café, tanto se deslocava, praticamente a cada ciclo econômico, o centro de nossa riqueza.

Do Nordeste baiano-pernambucano às Minas Gerais auríferas, ao café de Piratininga, espalmando-se no Centro-Sul, no delineio subsequente de primeiro parque industrial, de onde arrancaria o país da modernidade. E o nomadismo do impulso criador fertiliza o Brasil que chega ao século XX. Mas é costurado por dentro, pela permanência do ciclo pecuário, que tange perpetuamente os rebanhos, nas fimbrias do Planalto Central, recolhendo a queda do fastígio do ciclo exportador da hora, com a fixação do pasto, do crescimento para dentro, de um chão de plantio permanente, elementar como coalescente ao devassamento de nossa imensidão.

É essa itinerância em contraponto que seguiu os êxodos das monoculturas de exportação, ou da debandada dos veios auríferos, e cria o tijolo histórico de nossa integração nacional. A língua a arremata, no país espalhado, em que não se sustentam guetos de migração, tal como a imensidade do território elimina os ponteiros do atrito, da mimese ou de um contágio cultural de escala compatível à nação-continente.

É só de agora, talvez, que a língua — fala de nosso reconhecimento coletivo — depara o possível bloqueio, ou a ruptura, portada pela tribalização emergente das marginalidades coletivas, grassadas em nossas megalópoles, de descompasso do desenvolvimento, e suas contradições interiores.

São de agora esses primeiros impactos da crise de reconhecimento coletivo, processada ao lado das exclusões sociais das periferias de massa, descambadas em guetos ou fossos da anomia coletiva. Ou, como sua sanção, desses reconhecimentos selvagens como insulados, em que a expressão verbal se cifra, como as tatuagens do clã

Na marca quase cabalística do horizonte reduzido, do grito da diferença arbitrária, como de um reunir da taba críptica, contra a praça ou a cidade. É o tempo da língua, mais totem de reconhecimento que de comunicação, dos códigos fechados, como das modulações iniciáticas, das interjeições mais que das sintaxes. Ou dessas articulações de um *excesso* quase fisiognômico do que é símbolo.

Paralelo ao dito ensino da língua, não se levantariam mais os parâmetros de controle, das corruptelas ou das gírias. Mas, literalmente, novos sintagmas, em que se põem em causa as pautas de uma corrente da comunicação. Entra-se no cifrado não para traduzi-lo, no suposto de um universal de sentido. Mas, talvez, no semáforo elementar onde o trânsito do sentido se mantenha nos limites da sobrevivência do entendimento — e sua riqueza, de raiz ou desinência. Verta-se tudo à celebração da diferença e do emblemático de confronto. Tanto o esperanto é o contrário da língua, tanto a nova marginalidade estrutural pode levar a uma mesma prótese do contato, que é o contrário do discurso armando a sua expressão, numa tábua remissiva-limite de sentido e seu enunciado.

Mal começamos esse repertório, nos estudos, por exemplo, do que é a canga do dizer do *rap* de Duque de Caxias,

seu jogo de semióticas cruzadas, seu falar para fora, e a fuga interior, no anômico ainda visto como o labirinto.

Aplastadas, ficam para traz suas demarcações, como sua língua-pele, na configuração inteira que nos deu o oceano invertido, o convívio-presentimento com a imensidão aplacada, o demarcar, como o falar. Esses que nos deixam ainda o português, como o que foi por demais o refém de nossa promessa, para não nos garantir o futuro anterior de nossa esperança.